

O que é o Fica Vivo?

Claudio Beato
Coordenador do CRISP
Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFMG

O Fica Vivo foi um projeto piloto de política pública desenvolvida pelo CRISP UFMG, e que serviu de modelo para outras experiências semelhantes no Brasil como em Pernambuco, e a nível federal tendo sido inspiração para o Pronasci. É provavelmente um dos modelos mais reconhecidos no controle de homicídios por agências internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, UNODC, e o Banco Mundial. Foi desenvolvido adotando estratégias e metodologias que permitiu ser replicado em outros contextos. Além disso foi sido um dos programas mais avaliados academicamente no Brasil através de teses, artigos e capítulos de livro.

Como surgiu o Fica Vivo?

Durante década de noventa e início dos anos dois mil, Belo Horizonte, tal como outras capitais brasileiras, testemunhou um crescimento vertiginoso das taxas de homicídio. O crescimento das mortes violentas colocou esta questão na agenda política, demandando dos políticos e encarregados de lidar com o problema, novas alternativas para se lidar com o problema¹. Um diagnóstico da criminalidade violenta na cidade de Belo Horizonte elaborado pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais - CRISP/UFMG apontou os homicídios com um crescimento de mais de 100% entre os anos de 1997 e 2001. A partir destes dados, o CRISP articulou a formação de um grupo que se encarregou da formulação de projeto voltado para o controle dos homicídios em Belo Horizonte. Este grupo iniciou em março de 2002, um ciclo de reuniões orientados segundo a metodologia conhecida como “solução de problemas” (Goldstein, 1987), que tem como elementos chaves a identificação do problema, análise, implementação de soluções e avaliação de problemas de segurança pública. Baseado neste diagnóstico, o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG) desenvolveu um projeto de intervenção para a redução dos eventos de homicídio. Este plano foi dividido em duas frentes articuladas entre si. A primeira lida com ações de repressão focalizada ao crime; a segunda focada nas atividades de mobilização social. Este projeto, denominado “Fica Vivo”, foi implementado por um grupo de instituições parceiras tais como a Polícia Militar de Minas Gerais, Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário, Clube do Diretores Lojistas e órgãos não governamentais.

O programa fomenta a implementação de programas e ações voltados para a redução de diferentes fatores de risco à criminalidade presentes na comunidade e fortalecimento de outros tantos fatores de proteção. A escolha dos locais é a existência de altas taxas de homicídios na comunidade, sendo a população alvo do programa, jovens entre 12 e 24 anos.

¹ A Fundação Ford apoiou de forma decisiva as iniciativas preliminares para a criação e desenvolvimento do projeto

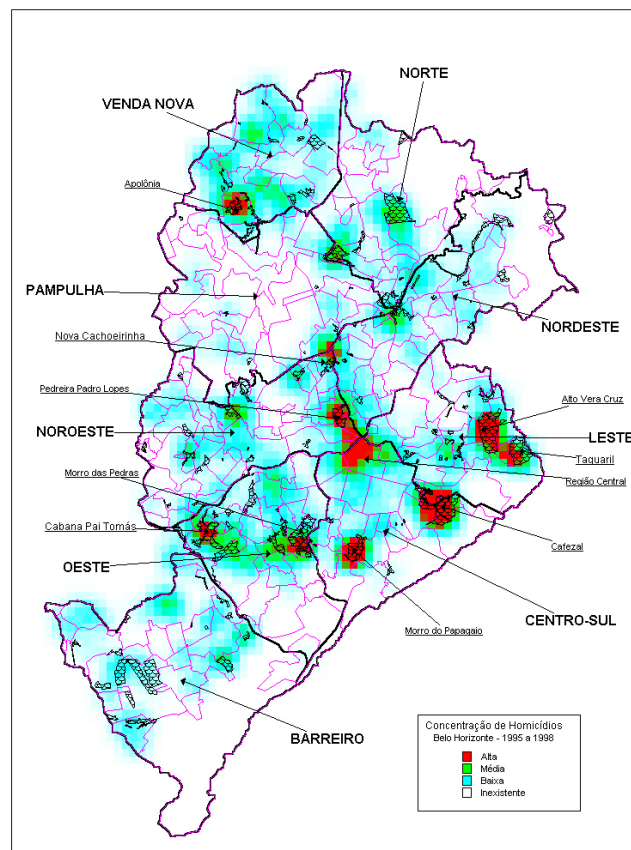
O programa inspira-se em projetos implementados em outros locais no mundo e desenvolve-se a partir do reconhecimento da centralidade das comunidades locais na prevenção do crime através do controle social informal, coesão social e confiança entre vizinhos e da importância de atividades de prevenção primária e secundária que tem os jovens por alvo.

O primeiro programa iniciou no ano de 2002, na comunidade do Morro das Pedras, com financiamento privado. Em 2003 ele foi incorporado como uma política de Estado pelo Governo de Minas Gerais e passou a entrar no orçamento do Governo. Ele ainda está funcionando, e expandiu-se para outras 28 comunidades em todo o Estado de Minas Gerais. Atualmente ele ainda está em operação em algumas comunidades ao longo do Estado de Minas Gerais.

Abrangência geográfica do Programa

Estudo anterior realizado pelo CRISP em 2001 demonstrou que o problema dos homicídios em Belo Horizonte se encontrava concentrado em torno de alguns aglomerados da cidade de Belo Horizonte. O mapa de Kernel a seguir identificou “hotspots” dos homicídios registrados pela polícia para os anos 95-2000.

MAPA 1: Clusters de homicídio em Belo Horizonte



Fonte: Beato, 2012

A análise mostrava claramente que a incidência dos clusters deu-se em apenas seis dos 81 conglomerados urbanos que contém favelas existentes na cidade. A percepção de senso comum de que favelas constituem, *per se*, em condição para existência de criminalidade violenta não é verdadeira. Existem muitos conglomerados urbanos que necessariamente não são regiões com maior incidência de criminalidade do que quaisquer outros bairros.

A partir destes dados, foi desenhada uma pesquisa de vitimização, na qual se buscava super amostrar especialmente estes seis estratos, a fim de compreender as condições que favorecem a ocorrência de violência nesses locais. Assim, a pesquisa foi desenhada de forma tal a servir de subsídio a políticas públicas. Não se tratava de ter um número global a respeito da vitimização entre os habitantes da cidade, mas levantar informações que auxiliassem na compreensão de localidades específicas dentro do espaço urbano. Uma bateria de perguntas extensa era aplicada em um número superamostrado de entrevistados nas áreas violentas da cidade identificadas pelos “hotspots” de homicídios na cidade.

As compreensões desses problemas envolvem uma análise detalhada de elementos sistêmicos tais como atores envolvidos, como e quando ocorrem, e quais as respostas institucionais dadas ao fenômeno. Esta perspectiva mais global buscou se levantar elementos ecológicos a respeito dos padrões temporais e espaciais dos delitos, bem como das condições físicas, sociais e ambientais. No caso dos homicídios que ocorrem em aglomerados urbanos, qual a relação entre as vítimas e ofensores? Como reagem as outras pessoas que participam sejam como espectadores, seja como co-participantes? Qual o contexto socioeconômico em que ocorrem estes homicídios? O ambiente físico contribui de alguma maneira? Como? Quando e como eles ocorrem? Como a comunidade reage frente a eles? Qual a resposta tradicional das agências públicas? Qual o grau de seriedade atribuído?

Como se elege uma área de intervenção?

Para que este grupo comece a atuar em algum local, vários critérios de eleição devem ser preenchidos. Em primeiro lugar a definição de áreas de atuação de programas desta natureza deve obedecer a critérios de natureza técnica que levem em conta o grau de vulnerabilidade das comunidades; a presença de grande número de jovens sem supervisão adequada envolvidos com gangues e a baixa capacidade da comunidade local e controlar adequadamente o comportamento destes jovens. Com base em diagnósticos que levem em conta estes fatores, bem como um levantamento acerca das organizações e associações que possam atuar como suporte ao programa, definiram-se áreas de atuação do projeto. Inicialmente, estes estudos eram efetuados pelo Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da UFMG. Além disso, O CRISP encarregava-se de uma atividade de treinamento dos policiais que atuaram nestes locais denominada de Estudos Técnicos, afim de familiarizá-los com a metodologia de Solução de problemas.

Logo a seguir implantava-se um Núcleo local encarregado de articular as ações entre os componentes do projeto, em especial entre os grupos de prevenção e o GEPAR. Dois níveis de intervenção são adotados: o primeiro busca lidar com questões relativas à mobilização comunitária e comunicação com os jovens através de várias formas. O segundo foi uma intervenção mais direta dos órgãos de justiça associados ao projeto.

(a) O primeiro se encarrega da mobilização da comunidade para enfrentar os inúmeros problemas vividos pela comunidade que possam estar alimentando a violência. O crime é apenas um dos inúmeros problemas enfrentados por estas comunidades, que está igualmente preocupada em dar melhores condições a seus filhos do as oferecidas pelas gangues. As carências são muitas, e a dívida social em relação a elas antiga. Assim há discussões para o levantamento de propostas com as pessoas que aqui vivem. Encaminham-se jovens para instituições de proteção e assistência social, bem buscam se alternativas para elas.

(b) O segundo grupo entrará em ação toda vez que ocorrem crimes de morte ou quando houver incômodos à população local. Este grupo é composto por policiais civis e militares, promotores e juízes que estão de prontidão para intervir de forma integrada. Esta intervenção utilizará todos os recursos legais para o restabelecimento da situação de normalidade, incluindo o cumprimento de mandados de prisão, bem como a busca e apreensão de armamentos e drogas no aglomerado. Posteriormente, este grupo terminou se consolidando como um mecanismo constante de integração entre as forças de segurança.

A seguir uma descrição das ações destes grupos:

I - Grupo de Mobilização comunitária

Várias atividades estão previstas para este grupo também chamado de grupo de proteção Social, que orientava se basicamente pela mobilização e busca de apoio nas comunidades a serem abordadas, buscando recursos no sentido de resolver problemas. Atuam a partir de um Núcleo de Referência local, buscando desenvolver ações de proteção social para jovens que já estão envolvidos com as gangues, bem como atividades de conscientização junto àqueles que estão em situação de risco de se envolver com elas. O Núcleo conta com uma estrutura de atendimento ao público, com atenção especial dirigida aos jovens.

Para tal, ações em rede são desenvolvidas no sentido de articular diversas instituições e níveis de governo em torno de quatro temáticas básicas: (a) educação; (b) inclusão produtiva; (c) apoio a jovens e; (d) comunicação. Uma das estratégias é a realização de Fóruns Comunitários, contando com a presença de policiais, onde são discutidas questões relativas à segurança locais.

As atividades mais centrais desenvolvidas neste eixo foram as Oficinas de diversas temáticas desenvolvidas por responsáveis das próprias comunidades em atividades como futebol, grafite, judô. Tratava se de solucionar dois problemas recorrentes nestes locais da ocupação de jovens em horários extra classes, mas também introduzindo um mecanismo de transferência de renda através do pagamento dosicineiros.

II –Grupo de Ações estratégicas de Intervenção

O Grupo de Ações Estratégicas é formado por representantes das Polícias Civil, Militar, Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Poder Judiciário. Tratava sede incrementar os custos associados aos homicídios relacionados a gangues e ao tráfico de drogas, num exercício de autoridade realizado simultaneamente pelo policiamento ostensivo, Polícia Civil, Ministério Público e a Magistratura. Busca vase agilizar de forma integrada o sistema de segurança através de produção mandados de

prisão, e investigação minuciosa de cada uma das ocorrências de homicídio, bem como de delitos correlatos.

Outra ação fundamental neste eixo, era o do Grupamento Especializado de Policiamento em Áreas de Risco, GEPAR, inspirado em experiência de policiamento de proximidade realizada no Pavão Pavãozinho Rio de Janeiro anteriormente. Consistia numa unidade de patrulhamento preventivo permanentemente alocada nos aglomerados que não atendia ocorrências em outras localidades. Eram policiais voluntários, com um mínimo de um ano em atividades operacionais, sem nenhuma transgressão de natureza grave e que tinham um treinamento básico em policiamento comunitário e de proximidade para lidar com populações em áreas de risco social e criminal. Permanecerão em atividade nestes locais por dois anos, de forma a desenvolver conhecimento da população e do local em que atuam. Esta inserção termina por desenvolver laços de confiança com a comunidade local

Referências bibliográficas do projeto

Listamos algumas referencias de artigos e teses sobre o Fica Vivo. Mas uma consulta ao google Scholar irá trazer dezenas de links para estudos em diversas áreas como a economia, psicologia, administração, ciências sociais e demografia.

BEATO FILHO, C. C.. Proyecto para el Control del Homicidio en Belo Horizonte. In: Maria Victoria Llorente; Mauricio Rubio. (Org.). Elementos para una Criminologia Local: Políticas de Prevención del Crimen y la Violencia en Ambitos Urbanos. 1ed. Bogotá / Colômbia: Editora Uniandes / Secretaria de Gobierno de Bogotá / Universidad de los Andes, 2003, v. , p. 183-214.

LEITE, Flávia Lana. "O Programa Fica Vivo: uma análise sob a perspectiva do capital social." *Fundação João Pinheiro*(2003).

BEATO FILHO, C. C.. Case Study: Fica Vivo homicide control project in Belo Horizonte. Working papers, Washington DC, v. 1, n.2005/01/01, p. 1-52, 2005.

MATTA, R.; ANDRADE, M. V. Avaliação Econômica do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo. Trabalho apresentado no XII Seminário de Economia Mineira, Diamantina, 2006.

Andrea Maria Silveira [Prevenindo homicídios: avaliação do programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte](#). 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVEIRA, A. ; SILVA, B. F. A. ; BEATO FILHO, C. C. . Prevenção de Crimes Urbanos ; O Programa Fica Vivo. In: São Paulo , Editora Contexto. (Org.). Segurança Pública e Violência : O Estado está cumprindo seu papel. São Paulo: Contexto, 2007, v. 1, p. 77-88.

BEATO FILHO, C. C.. Projeto Fica Vivo em Belo Horizonte. In: Fernando Veloso; Sergio Guimarães Ferreira. (Org.). *É Possível Gestão da Segurança Pública e Redução da Violência*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008, v. , p. -.

Peixoto, Betânia T. Uma contribuição para prevenção da criminalidade. 2008. Tese (Doutorado em Doutorado em Economia) - CEDEPLAR.

Peixoto, Betania . 2008. [Avaliação econômica do Programa Fica Vivo: O caso piloto](#). ENAP

[SILVEIRA, A.](#) ; ASSUNCAO, R. ; [SILVA, B. F. A.](#) ; **BEATO FILHO, C. C.** . Impact of the Staying Alive Program on the reduction of homicides in a community in Belo Horizonte. *Revista de Saúde Pública (USP. Impresso) JCR*, v. 44, p. 496-502, 2010.

MC Alves, [ED Arias](#) - [Understanding the Fica Vivo programme: two-tiered community policing in Belo Horizonte, Brazil](#) Policing and society, 2012 - Taylor & Francis

SANTOS, Samuel. *A intervenção no lazer na política de segurança pública: a construção de saberes de oficinairos no programa Fica Vivo!*. 2013. 144f. Diss. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer)-Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

Beato F., [LML Ribeiro](#), [VC de Oliveira](#)... - Revista CIDOB d'Afers Internacionals , septiembre 2017, No. 116, REDUCCIÓN DE LOS HOMICIDIOS Y DE LA VIOLENCIA ARMADA: UNA MIRADA A AMÉRICA LATINA (septiembre 2017), pp. 129-157 Published by: CIDOB – JSTOR. [Reducción de homicidios en Minas Gerais: un análisis del programa «Fica Vivo!»/Homicide reduction in Minas Gerais: an analysis of the "Fica Vivo!" programme](#)

Bráulio Figueiredo Alves Silva Bernardo Lanza Queiroz Frederico Couto Marinho Fabiano Neves Alves Pereira Pedro Cisalpino. 2018 Violência urbana e política pública de prevenção: avaliação do Programa Fica Vivo! no estado de Minas Gerais, Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Populacionais* 35 (2)

DIAS, ANA LÍDIA CRISTO, and MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE SOUZA. "MEANINGS ATTRIBUTED BY YOUNG PEOPLE TO THE EDUCATIONAL EXPERIENCES LIVED IN THE FICA VIVO! PROGRAM." *Educação em Revista* 35 (2019).

Parreiras, Angelina Moura. "Fica Vivo!: estigmatização e território: análise de uma política pública de prevenção de homicídios." (2019).

DIAS, ANA LÍDIA CRISTO, and MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE SOUZA. "MEANINGS ATTRIBUTED BY YOUNG PEOPLE TO THE EDUCATIONAL EXPERIENCES LIVED IN THE FICA VIVO! PROGRAM." *Educação em Revista* 35 (2019).

de Paulo Longuinho, Luísa. "Implementação de políticas públicas de prevenção à criminalidade em Minas Gerais: o Programa Fica Vivo! e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional." (2022).